

Assim, aí, então: A interpretação de advérbios semanticamente sub-especificados no âmbito do texto

*Hardarik Blühdorn
Institut für Deutsche Sprache
Mannheim, Alemanha*

1. Introdução

O presente artigo tem como tema os advérbios *assim*, *aí* e *então* e a sua interpretação no âmbito do texto. Esses advérbios – e outros mais, que compartilham com eles determinadas propriedades semânticas – podem ser usados como conectores, i.e. como recursos coesivos no sentido de Halliday / Hasan (1976). Como esses pioneiros da lingüística do texto mostraram – e inúmeros estudiosos têm reiterado desde então –, uma qualquer seqüência de orações não constitui necessariamente um texto. O que faz dela um texto é o que Halliday / Hasan (ib.: 2ss.) chamaram de „textura“, i.e. um conjunto de vínculos sintáticos, conceituais e/ou referenciais entre suas partes, que constituem uma rede de coesão. Conforme a categoria das unidades sintáticas ligadas, podemos distinguir três tipos de vínculos:

- (i) entre uma oração (ou um conjunto de orações) como um todo e outra oração (ou outro conjunto de orações) como um todo,
- (ii) entre um constituinte de uma oração e um constituinte de outra oração,
- (iii) entre um constituinte de uma oração e uma outra oração (ou um conjunto de orações) como um todo.

Entre os recursos coesivos que estabelecem vínculos do primeiro tipo destacam-se as conjunções:

- (1) A maioria das pessoas tem vergonha de dizer que são descendentes de escravizados, **porque** existem informações errôneas e antiéticas sobre a história brasileira.¹

Nesse exemplo, temos uma primeira oração: *a maioria das pessoas tem vergonha de dizer que são descendentes de escravizados* e uma segunda: *existem informações errôneas e antiéticas sobre a história brasileira*. A conjunção *porque* estabelece entre elas uma conexão sintática de subordinação

¹ Todos os exemplos usados neste artigos foram encontrados mediante a máquina de busca *Google* em páginas da internet redigidas em língua portuguesa e localizadas no domínio .br. Alguns dos exemplos foram abreviados e/ou levemente modificados. Por motivos de economia, não reproduzo, no geral, os endereços das páginas, mas muitas vezes trago o nome do autor e/ou o título do texto origem.

adverbial e, ao mesmo tempo, indica que estão numa relação conceitual de efeito e causa.

Os recursos mais importantes para estabelecer vínculos do segundo tipo são os pronomes:

- (2) Vamos trabalhar com os alunos-problema. Vamos discutir com **eles** para saber o que está acontecendo.

Nesse exemplo, temos o sintagma *os alunos-problema* na primeira oração e o pronome *eles*, na segunda. O pronome estabelece um vínculo referencial (de retomada) com seu antecedente. Pronome e antecedente fazem referência ao mesmo indivíduo, ou seja, são correferenciais. O vínculo de correferência é reforçado pela concordância morfológica em gênero e número.

Vínculos de correferência, todavia, não se restringem a sintagmas nominais. Sintagmas preposicionados e adverbiais também podem ser retomados por expressões correferenciais:

- (3) Foi há vinte anos, em 1986. Um professor da USP, **então** ainda jovem, entregava ao editor a tradução de uma longa entrevista de Alberto Moravia. (Pedro Garcez Ghirardi, *As linhas tortas da Providência no romance de Manzoni*)

A primeira oração desse exemplo contém os sintagmas preposicionados *há vinte anos* e *em 1986*. Ambos são retomados referencialmente pelo advérbio *então*, na segunda oração. As expressões *há vinte anos*, *em 1986* e *então* são correferenciais. Em exemplos desse tipo, o advérbio funciona como proforma, mas como advérbios são indeclináveis, não há concordância morfológica nesse caso.

A função coesiva dos advérbios usados como proformas distingue-se bem nitidamente da função coesiva dos advérbios de ligação. Esses também são constituintes de uma oração, mas retomam um antecedente que vai ser uma oração inteira ou até mesmo uma seqüência de orações. São esses os vínculos do terceiro tipo. Um exemplo:

- (4) Durante a fabricação de peças pelas máquinas-ferramenta, surgem desvios (ou erros) provocando alterações na peça real. Causas dos desvios geométricos:
- tensões residuais internas,
 - falta de rigidez do equipamento e/ou de um dispositivo de usinagem,

- perda de gume cortante de uma ferramenta,
- (...)

Tais desvios devem ser limitados e enquadrados em tolerâncias, de tal forma a não prejudicar o funcionamento do conjunto.

Portanto, o projeto de uma peça deve prever, além das tolerâncias dimensionais, as chamadas tolerâncias geométricas, a fim de se obter a melhor qualidade funcional possível. (*Desvios e tolerâncias geométricas*)

Neste exemplo, temos uma seqüência de orações que versa sobre imprecisões na fabricação de peças e sobre as causas que fazem com que elas ocorram. A última oração do trecho começa com o advérbio *portanto*, que retoma referencialmente a seqüência anterior como um todo e estabelece uma relação conceitual de causa e conseqüência entre ela e a oração que segue.

O advérbio de ligação *portanto* é composto de duas partes morfológicas. A primeira parte é a preposição *por*, que indica uma relação conceitual de causa e conseqüência. A segunda parte é a proforma *tanto*, que retoma a seqüência de orações que constitui o antecedente. Ou seja, os constituintes morfológicos exercem duas funções bastante distintas: o constituinte preposicional estabelece um vínculo conceitual, enquanto o constituinte pronominal estabelece um vínculo referencial. Essa combinação de funções coesivas é característica dos advérbios de ligação e distingue-as dos outros recursos coesivos:

- As **conjunções** estabelecem vínculos sintáticos e conceituais entre orações ou conjuntos de orações como um todo.
- As **proformas** (incluindo pronomes e proadvérbios) estabelecem vínculos referenciais, tipicamente entre constituintes de orações.
- Os **advérbios de ligação** estabelecem vínculos conceituais entre (conjuntos de) orações e vínculos referenciais de um constituinte de uma oração para uma oração ou um conjunto de orações como um todo.

Os recursos que estabelecem vínculos conceituais, i.e. as conjunções e os advérbios de ligação, constituem a classe que eu chamarei de *conectores*.

2. Quatro categorias de entidades

Vamos, num segundo passo, analisar um pouco mais à fundo os objetos semânticos que podem ser vinculados mediante conectores. Tanto as conjunções quanto os advérbios de ligação estabelecem relações conceituais entre (conjuntos de) orações. Os objetos semânticos vinculados por conectores devem, portanto, ser (conjuntos de) significados de orações.

Mas o que exatamente é um significado de oração? Não há resposta única para essa pergunta. As diversas classes de orações, tais como imperativas, desiderativas, interrogativas e declarativas, adverbiais temporais e não-temporais, relativas restritivas e explicativas, possuem propriedades semânticas bastante distintas.

John Lyons (1977: 442ss.) foi o primeiro a fazer a distinção sugestiva entre entidades de primeira, segunda e terceira ordem, retomada e elaborada por vários autores, entre eles Simon Dik (1997: 136s.; cf. também Kortmann 1996; Neves 2000, 2007). Uma variante dessa ontologia pode nos servir de ponto de partida para entender melhor o que é um significado de oração (cf. Blühdorn 2008a, 2009).

Vamos supor que as entidades conceituais em sua totalidade podem ser divididas em quatro categorias básicas (cf. Blühdorn 2008a, 2009):

- objetos físicos (entidades espaciais, de primeira ordem),
- estados de coisas (entidades temporais, de segunda ordem),
- proposições (entidades epistêmicas, de terceira ordem),
- opções pragmáticas (entidades deônticas, de quarta ordem).

As entidades de primeira ordem, objetos físicos, têm propriedades espaciais. Estendem-se no espaço e podem ser vinculadas com outras entidades de primeira ordem por relações espaciais, tais como interioridade, superioridade, posterioridade etc. Um objeto físico ocorre ou não ocorre no contexto de outros objetos físicos. O domínio conceitual em que se insere e no qual está relacionado é o espaço (cf. Frawley 1992: 250ss.). Exemplo (5) descreve uma relação espacial entre dois objetos físicos:

(5) o gato **debaixo** do tapete

Uma interpretação natural de (5) vai incluir a pressuposição de que um objeto físico, que faz parte da subcategoria dos gatos, ocorre no contexto espacial de outro objeto físico, que faz parte da subcategoria dos tapetes. A relação espacial entre os dois objetos é descrita pela preposição complexa *debaixo de*: uma relação de contato na dimensão vertical. As expressões morfossintáticas conectadas são sintagmas nominais: *o gato* e *o tapete*. Entidades de primeira ordem só podem ser descritas mediante sintagmas nominais. Conseqüentemente, uma descrição de uma entidade de primeira ordem não é um objeto semântico qualificado como significado de uma oração.

As entidades de segunda ordem, estados de coisas (i.e., eventos e estados), têm propriedades temporais. Estendem-se no tempo e podem ser vinculadas com

outras entidades de segunda ordem por relações temporais, tais como anterioridade, posterioridade, simultaneidade etc. Um estado de coisas é o caso ou não é o caso no contexto de outros estados de coisas. O domínio conceitual no qual se insere e no qual se relaciona é o tempo (cf. Frawley 1992: 336ss.; Schilder 2004; Blühdorn 2008a, 2009). Exemplo (6) descreve uma relação temporal entre dois estados de coisas:

(6) Tudo tomou seu lugar **depois que** a banda passou.

Uma interpretação natural desse exemplo inclui a noção de que um evento, do tipo ‘tudo toma seu lugar’, se tornou real no contexto de um outro evento real, do tipo ‘a banda passa’. Cada um desses eventos é descrito por uma oração. Descrições de estados de coisas são, portanto, objetos semânticos qualificados como significados de orações. As orações em (6) são conectadas pela conjunção complexa *depois que*, que indica seqüência temporal: num primeiro momento a banda passa, num segundo, tudo toma seu lugar.

As entidades de terceira ordem são proposições. Conforme disse Lyons (1977: 445), uma proposição é um objeto a que se pode atribuir um valor de verdade. Proposições são entidades lógicas ou epistêmicas. Elas se estendem no espaço lógico, têm áreas e graus de validade lógica e podem ser vinculadas entre si por relações lógicas, tais como acarretamento, equivalência, complementaridade etc. (cf. Frawley 1992: 406ss.). São julgadas verdadeiras ou falsas no contexto de outras proposições, ou seja, por sua compatibilidade ou incompatibilidade com conhecimento prévio (cf. Gethmann 1978: 647). O exemplo (7) descreve uma relação lógica entre duas proposições:

(7) A maioria das descargas (80%) ocorre dentro das nuvens, mas **como** as cargas elétricas na nuvem induzem cargas opostas no solo, as descargas podem também se dirigir a ele. (*A física das tempestades e dos raios*)

Nesse exemplo, o locutor discute a questão de se é verdade que descargas elétricas só ocorrem dentro das nuvens, ou se é verdade que podem se dirigir também ao solo. O contexto epistêmico é definido pelo conhecimento de que cargas elétricas na nuvem induzem cargas opostas no solo. Nesse contexto, o locutor chega à conclusão de que é verdade que descargas podem se dirigir também ao solo. A relação de evidência e conclusão é indicada pela conjunção *como*. As proposições conectadas são descritas por orações. Portanto, descrições de proposições são um segundo tipo de objeto semântico qualificado como significado de uma oração, além de descrições de estados de coisas. A coesão entre estados de coisas é construída mediante vínculos temporais, enquanto a coesão entre proposições é construída mediante vínculos epistêmicos.

Faltam ainda as entidades de quarta ordem. Essa categoria não estava explícita na proposta original de Lyons, se bem que, pela lógica da teoria, já tenha estado implícita no que ele escreveu sobre a modalidade deôntica (cf. Lyons 1977: 823ss.; Frawley 1992: 419ss.). Posteriormente, essa categoria foi explicitamente postulada por Dik (1997: 136s.).

Não há, por enquanto, um termo técnico aceito pela maioria dos estudiosos para as entidades de quarta ordem. A subclasse dessas entidades que mais interessa para o línguista são os atos de fala, mas há entre essas entidades também objetos não-lingüísticos como intenções, objetivos, planos e projetos, i.e., estados de coisas desejados, mas ainda não realizados. Assim como o domínio das proposições é caracterizado pela lógica e pelos valores de verdade, assim o domínio das entidades de quarta ordem é caracterizado pela ética e estética. É o domínio do bom e do mal, do belo e do feio, daquilo que se deseja e daquilo que não se deseja, portanto, dos valores de desejabilidade. Para denominar as entidades dessa ordem, usarei o termo técnico *opções pragmáticas*. Uma opção pragmática nesse sentido é um objeto ao qual se pode atribuir um valor de desejabilidade, assim como uma proposição é um objeto a que se pode atribuir um valor de verdade.

As opções pragmáticas têm propriedades deônticas. Estendem-se no espaço deôntico, têm áreas e graus de validade deôntica. Podem ser vinculadas entre si por relações deônticas, tais como propósito, recurso, compatibilidade, conflito etc. São desejáveis ou não-desejáveis no contexto de outras opções pragmáticas. Exemplo (8) descreve uma relação deôntica entre duas opções pragmáticas:

(8) **Já que** somos um Povo da Floresta, temos que inventar uma Ciência da Floresta. (*Amazônia para sempre*)

O locutor desse exemplo apresenta como desejável a opção de inventar uma “Ciência da Floresta”. Além dessa afirmação explícita, manifesta implicitamente que considera desejável executar esse próprio ato de fala. Como motivo para justificar a desejabilidade de ambos, ele traz o conceito de ‘Povo da Floresta’, que remete a um conjunto de valores éticos e estéticos e que em si parece constituir também algo desejável para o locutor. ‘Ser um Povo da Floresta’ é, portanto, também uma entidade de quarta ordem, uma opção pragmática. Ambas as opções são expressas por orações, enquanto o conector *já que* indica a relação de motivo e consequência entre elas.

Temos, portanto, três níveis semânticos nos quais se constitui o significado de uma oração e três níveis em que um conector pode servir de recurso coesivo (cf. Sweetser 1990: 76ss.):

- o nível dos estados de coisas e da coesão temporal,
- o nível das proposições e da coesão epistêmica e
- o nível dos atos de fala e da coesão deôntica.

Considerando os diversos tipos de orações, verificamos que seus significados se distinguem quanto à participação dos três níveis semânticos. Orações relativas restritivas e adverbiais temporais são meras descrições de estados de coisas, que só podem ser conectadas no nível temporal. Elas não expressam proposições e não podem ser usadas para realizar atos de fala. Orações imperativas e desiderativas descrevem estados de coisas e realizam atos de fala, mas não expressam proposições. Essas orações podem ser conectadas nos níveis temporal e deôntico, mas não no epistêmico. Orações interrogativas e declarativas por fim têm significados compostos nos três níveis: descrevem estados de coisas e proposições e realizam atos de fala. Elas podem, portanto, ser conectadas nos três níveis de coesão.

Não poderei aprofundar esse último ponto na presente conferência. Só quero, para concluir este item, reunir as informações abordadas num quadro sinóptico:

Ordem de entidade	Categoria	Domínio conceitual	Valor contextual	Expressão morfossintática
primeira	objeto físico	espacial	ocorrência	SN
segunda	estado de coisas	temporal	facticidade	SN ou oração
terceira	proposição	epistêmico	verdade	SN ou oração
quarta	opção pragmática	deôntico	desejabilidade	SN ou oração

A idéia por trás desse quadro é que os objetos que constituem o mundo humano se dividem exaustivamente nessas quatro categorias. Tudo com que um ser humano pode interagir e tudo a que um locutor humano pode se referir mediante uma expressão de uma língua natural é ou um objeto físico, ou um estado de coisas, ou uma proposição ou uma opção pragmática. Com um sintagma nominal, o locutor pode se referir a uma entidade de qualquer uma dessas categorias. Já com uma oração, ele não pode fazer referência a um objeto físico. Orações só podem descrever estados de coisas, expressar proposições e/ou realizar opções pragmáticas (atos de fala).

Objetos físicos são as entidades mais simples. Estados de coisas são mais complexos, envolvendo objetos físicos como participantes. Proposições, ou seja, pensamentos (*Gedanken*, no sentido de Frege) sobre estados de coisas, são entidades ainda mais complexas. E opções pragmáticas, i.e., estados de coisas e/ou proposições avaliados como desejáveis ou indesejáveis para contextos normativos, têm o maior grau de complexidade.

3. Quatro tipos de relações conceituais

Como terceiro passo, analisarei, neste item, as relações que podem ser estabelecidas entre indivíduos dessas quatro categorias. As gramáticas tradicionais, ao tratar do período, i.e., da oração complexa, distinguem entre relações aditivas, alternativas, adversativas, conclusivas, explicativas, temporais, locais, condicionais, causais, concessivas, finais, consecutivas etc. (cf., e.g., Cunha / Cintra 2008: 610ss.). Essa classificação tem sua origem nas gramáticas da antigüidade e pouco evoluiu desde então. Praticamente a mesma lista de relações já estava contida na famosa gramática de Dionísio Trácio, do segundo século antes de Cristo.

No entanto, ela não é uma tipologia sistemática, baseada em conceitos teóricos. É uma enumeração descritiva, em seqüência mais ou menos aleatória, baseada nos inventários das palavras funcionais do Grego Antigo e das outras línguas para cuja descrição foi adaptada.

Uma abordagem sistemática teria de definir os tipos de relações mediante um conjunto ordenado de traços distintivos, para que se possa comparar qualquer relação com qualquer outra, determinando quais propriedades elas têm em comum, em quais propriedades estão em contraste e qual relação é mais complexa do que a outra. Uma abordagem desse tipo teria também critérios para avaliar a completude de um dado inventário de relações.

Gostaria de apresentar um modelo desse tipo, que distingue quatro classes básicas de relações (cf. Blühdorn 2008a, 2009):

- de similaridade,
- de situamento,
- de condicionalidade e
- de causalidade.

Entre elas, as relações de similaridade são as menos complexas. A única coisa necessária para que a relação entre dois indivíduos seja de similaridade é um conceito superordenado, chamado pelo lingüista alemão Ewald Lang (1984: 69ss.) de *integrador comum* (em inglês, *common integrator*). Um integrador comum é qualquer categoria a que pertencem os dois indivíduos e dentro da qual podem ser comparados um ao outro. Por exemplo, uma maçã e uma pera são ambas frutas. Podemos compará-las uma com a outra justamente porque fazem parte da mesma categoria superordenada, que funciona como integrador comum. Dentro da categoria ‘fruta’, estão em contraste quanto a sua forma, ao sabor etc. Dependendo dos indivíduos concretos que entram numa relação de similaridade, o integrador comum pode ser uma categoria relativamente específica como

‘fruta’, ou pode ser também uma categoria muito genérica como ‘objeto físico’ ou ‘estado de coisas’.

Relações de similaridade são sempre simétricas, i.e., o indivíduo A está na mesma relação com o indivíduo B que B com A. O inverso também é válido: quando uma relação é simétrica, é sempre de similaridade. A simetria manifesta-se na língua pela comutatividade dos itens conectados sem mudança do sentido descritivo:

(9a) Pedro **e** Paulo

(9b) Paulo **e** Pedro

Em (9a) e (9b) temos dois nomes. Ambos podem ser usados para fazer referência a pessoas, ou seja, a categoria ‘pessoa’ pode servir de integrador comum. A conjunção coordenativa *e* indica uma relação aditiva. A seqüência dos itens pode ser invertida sem que o sentido da expressão como um todo seja mudado. A comutatividade comprova que estamos diante de uma relação de similaridade.

Observemos um outro par de exemplos, também com a conjunção coordenativa *e*:

(10a) Ela casou **e** engravidou.

(10b) Ela engravidou **e** casou.

Nesses exemplos percebemos uma mudança do sentido descritivo entre (10a) e (10b). (10a) indica que o casamento aconteceu antes da gravidez; (10b) indica a seqüência inversa. Os exemplos mostram que a comutatividade ou não-comutatividade dos itens não é uma consequência da sintaxe das conjunções coordenativas. É resultado da interpretação semântica dentro de um dado contexto (cf. Posner 1980; Blakemore / Carston 2005). A não-comutatividade, como em (10a/b) indica uma relação semântica mais complexa do que a simples similaridade.

A mesma observação se faz com ainda mais clareza nos exemplos (11a/b):

(11a) o gato **debaixo do** tapete

(11b) o tapete **debaixo do** gato

Em (10a/b) e (11a/b) estamos diante de relações assimétricas: os indivíduos ligados têm papéis relacionais distintos. As relações assimétricas mais simples são relações de situamento, que atribuem a um indivíduo E um lugar dentro de um domínio conceitual. As relações descritas em (11a/b) atribuem ao gato e ao

tapete, respectivamente, lugares no espaço. A descrição desses lugares é feita com relação a objetos de referência: ao tapete em (11a) e ao gato em (11b). No exemplo a seguir, atribui-se um ‘lugar no tempo’, i.e., um momento, a um estado de coisas:

- (12) **Depois de** ganhar o Nobel (estado de coisas de referência – R), Vargas Llosa veio ao Brasil (estado de coisas situado – E).

As siglas R e E representam os papéis relacionais dos indivíduos ligados numa relação assimétrica. No exemplo (12), temos dois estados de coisas: ‘Vargas Llosa ganhou o Nobel’ e ‘Vargas Llosa veio ao Brasil’. O primeiro tem o papel R (entidade de referência), o segundo, o papel E (entidade situada).

Relações de situamento são estáticas. A existência do gato em (11a) independe da existência do tapete e vice versa. Os dois indivíduos estão numa determinada configuração no espaço, mas nenhum dos dois depende do outro. Da mesma maneira entendemos que em (12) cada um dos eventos é o caso independentemente do outro. Os dois apenas acabam acontecendo numa determinada seqüência no tempo.

No exemplo a seguir, o mesmo conector, *depois de*, nos leva a uma interpretação diferente:

- (13) **Depois de** quase ter a mandíbula amputada (R), o cantor Pete Burns submeteu-se a uma plástica no rosto (E).

Nesse caso entendemos que a seqüência em que os estados de coisas se realizam no tempo não é aleatória. Quase ter a mandíbula amputada é uma condição que, de alguma maneira, favorece que o cantor se submeta à plástica. Não precisa ser necessariamente o motivo único ou a causa única que leva a essa decisão, mas com certeza a realização do segundo estado de coisas depende de alguma maneira da realização do primeiro. Para relações desse tipo, nas quais um dos objetos exerce influência sobre o valor atribuído ao outro, uso o termo *relações dinâmicas*.

Em relações dinâmicas, um dos objetos tem o papel de condição ou causa e o outro, de conseqüência ou efeito. As relações dinâmicas menos complexas são as condicionais. Elas não fixam o valor a ser atribuído à conseqüência. Se a conseqüência é um estado de coisas, então fica em aberto se ele se realiza no tempo ou não. Um exemplo:

- (14) Oferta experimental: deixar o cliente usar o produto sem compromisso por um período experimental. Isso funciona (conseqüência – E) **se** você

vende produtos que facilitam a vida das pessoas (condição – R). (UOL: *Como tudo funciona*)

Uma interpretação natural de (14) é que o locutor afirma que, em contextos em que se vendem produtos que facilitam a vida das pessoas, o método da oferta experimental vai funcionar. Essa interpretação não implica que existe de fato um contexto em que o alocutário ou outra pessoa vende produtos do referido tipo e, portanto, também não garante que o método vai funcionar em algum momento real. Ou seja, o valor de facticidade do estado de coisas apresentado como consequência permanece indefinido. Isto é o que eu chamo de valor de efeito aberto, e tal valor é o que caracteriza uma relação condicional.

No entanto, a conjunção *se* pode também ser usada em contextos em que a facticidade da condição bem como da consequência é pressuposta. Olhemos o exemplo a seguir (com entoação transcrita para facilitar a interpretação desejada: as sílabas *mé*, *tal* e *cio* são acentuadas, as duas primeiras com tom ascendente, a última com tom descendente; o restante da oração permanece desacentuado):

(15) o /MÉtodo da oferta experimen/TAL funCIO\na (consequência – E) se você vende produtos que facilitam a vida das pessoas (condição – R)

Em um contexto no qual locutor e alocutário concordam que acabam de vivenciar um exemplo do funcionamento do método da oferta experimental e em que ambos pressupõem que realmente facilitam a vida das pessoas com os produtos que vendem, (15) pode ser um meio para insistir na dependência entre os dois estados de coisas. Nessa interpretação, o valor de efeito é fixado, o que caracteriza uma relação causal.

Alguns conectores, como, p.ex., *porque*, exigem sempre uma leitura causal:

(16) As pessoas não estudam (consequência – E) **porque** têm baixos salários e não há vagas suficientes nas universidade públicas (causa – R). (www.andifes.org.br)

Os estados de coisas descritos nesse exemplo têm seu valor de facticidade fixado para um determinado contexto temporal: o estado de coisas ‘as pessoas estudam’, apresentado como consequência, tem valor negativo; o estado de coisas ‘as pessoas têm baixos salários’, apresentado como causa, tem valor positivo, e o terceiro estado de coisas ‘há vagas suficientes nas universidades públicas’, também apresentado como causa, tem valor negativo.

O quadro a seguir traz um resumo dos quatro tipos básicos de relações e dos traços distintivos que os definem. A sigla IC significa *integrador comum*, i.e., a

categoria superordenada que reúne as entidades conectadas. A possibilidade de construir um integrador comum é uma condição necessária para relações semânticas de todos os tipos:

		1° traço	2° traço	3° traço
Relações de similaridade	IC			
Relações de situamento	IC	+ assimétrico		
Relações condicionais	IC	+ assimétrico	+ dinâmico	
Relações causais	IC	+ assimétrico	+ dinâmico	+ valor de efeito fixado

4. O universo das relações conceituais

Em cada um dos quatro domínios conceituais podemos estabelecer relações dos quatro tipos, como mostra o quadro a seguir:

	Similaridade	Situamento	Condicionabilidade	Causalidade
Domínio deôntico	similaridade deôntica	situamento deôntico	condicionabilidade deôntica	causalidade deôntica
Domínio epistêmico	similaridade epistêmica	situamento epistêmico	condicionabilidade epistêmica	causalidade epistêmica
Domínio temporal	similaridade temporal	situamento temporal	condicionabilidade temporal	causalidade temporal
Domínio espacial	similaridade espacial	situamento espacial	condicionabilidade espacial	causalidade espacial

O quadro traz uma visão geral do universo das relações que podem ser expressas por conectores em línguas naturais. Qualquer relação entre duas entidades vai ser ou de similaridade, ou de situamento, ou de condicionabilidade ou de causalidade, e as entidades conectadas serão ou objetos físicos, ou estados de coisas, ou proposições ou opções pragmáticas. Os tipos de relações conhecidos das gramáticas tradicionais podem todos ser inseridos nesse modelo. Trago aqui apenas um esquema sinóptico, sem me aprofundar nos detalhes:

	Similaridade	Situamento	Condicionalidade	Causalidade
Domínio deôntico	relações	relações	relações	relações
Domínio epistêmico		(modais) adversativas	finais	conclusivas evidenciais
Domínio temporal	comparativas	temporais	instrumentais concessivas	instrumentais concessivas consecutivas
Domínio espacial	alternativas aditivas	locais	condicionais	causais

Os quatro domínios e os quatro tipos de relações constituem escalas de complexidade crescente, indicadas no quadro pelas setas de baixo para cima e da esquerda para a direita. Na realidade discursiva observa-se muitas vezes que relações menos complexas acabam sendo reinterpretadas como relações mais complexas, p.ex., relações espaciais como temporais ou epistêmicas ou relações de situamento como condicionais ou causais. Tais reinterpretações refletem-se na evolução histórica e no uso polissêmico dos conectores.

Um bom exemplo é a preposição latina *post*, que indicava o situamento espacial de um objeto físico no vector menos saliente do eixo frontal em relação a um outro objeto físico: *post urbem* ('por trás da cidade'), *post fontem* ('atrás da fonte'), *post tergum* ('atrás das costas'), *post montes* ('no outro lado da montanha') etc. (cf. Kühner / Stegmann 1997: 534s.).

Já no latim clássico tornou-se mais freqüente o uso de *post* para indicar o situamento temporal de um estado de coisas em relação a outro estado de coisas: *post meridiem* ('depois de meio-dia'), *post multos annos* ('após muitos anos'), *post hunc statum rei publicae* ('desde o início da presente situação do estado') etc. (cf. ib.). Esse uso continua vivo com *após* e *depois* no português moderno.

Já no latim clássico aparecia também um uso de *post* para indicar uma relação causal entre dois estados de coisas: *post grave vulnus pugnam deseruere* (Tácito) ('faltar no combate por causa de uma ferida grave') etc. (cf. Kühner / Stegmann 1997: 534s.). Leituras causais desse tipo ocorrem com freqüência com *após* (lat. *ad post*) e *depois* (lat. *de post*) no português moderno:

(17) Jovem morre **depois de** ser baleado na frente de uma danceteria.

Outro conector da língua portuguesa oriundo de *post* é *pois*, usado ora como advérbio, ora como conjunção coordenativa, ora como marcador discursivo. *Pois* não serve para conectar objetos físicos. Sua função é a de indicar relações condicionais e, principalmente, causais entre estados de coisas, proposições ou opções pragmáticas. Seu sentido pode ser parafraseado com expressões como 'à

vista disso’, ‘portanto’, ‘logo’; ‘visto que’, ‘porque’, ‘porquanto’ (cf. Buarque de Holanda 1986: 1353). Alguns exemplos:

- (18) Para Silva e Cavalcanti (...) “a alfabetização, entendida como aquisição de competências lingüísticas, parece insuficiente no mundo contemporâneo para estabelecer uma comunicação afetiva”. É preciso, **pois**, nessa perspectiva, dar um sentido ao processo de alfabetização, que por sua vez deve percorrer o caminho para o letramento. (Ednaldo Fernandes Gomes et al., *Reflexões acerca do processo de leitura a partir da utilização da biblioteca da ALFASOL*)
→ uso como advérbio; relação causal entre opções pragmáticas
- (19) Testes rápidos da dengue são interrompidos em Ribeirão Preto, **pois** situação já é de epidemia. (<http://www.precavido.com.br>)
→ uso como conjunção; relação causal entre estados de coisas
- (20) 5040 é divisível por 2, **pois** termina em 0. 237 não é divisível por 2, **pois** não é um número par. (www.colegioweb.com.br)
→ uso como conjunção; relação causal entre proposições

O quadro a seguir traz uma sinopse da evolução semântica e da polissemia de *post*, *após*, *depois* e *pois*:

	Similaridade	Situamento	Condicionalidade	Causalidade
Domínio deóntico				
Domínio epistêmico				
Domínio temporal		<i>após</i> <i>depois</i>	<i>pois</i>	
Domínio espacial		<i>post</i>		

Diagrama de setas: Uma seta vertical aponta para cima no domínio deóntico. Uma seta diagonal aponta para cima e para a direita, conectando o domínio epistêmico ao deóntico. Uma seta horizontal aponta para a direita no domínio temporal. Uma seta horizontal aponta para a direita no domínio espacial. Uma seta horizontal aponta para a direita na base do quadro.

Em geral, relações espaciais podem ser reinterpretadas como temporais, relações temporais como epistêmicas e relações epistêmicas como deônticas. Similiaridade pode ser reinterpretada como situamento, situamento como condicionalidade e condicionalidade como causalidade. Reinterpretações na direção inversa – se é que elas ocorrem – são raras exceções.

5. Os advérbios *assim*, *aí* e *então*

Na última parte deste artigo, analisarei os advérbios *assim*, *aí* e *então*. Os três são altamente polissêmicos, e seus usos inserem-se perfeitamente no modelo apresentado.

5.1 *Assim*

Assim (do lat. *ad sic*) é um dêitico de similaridade. Seu significado básico é ‘deste modo’. Acompanhado por um gesto indicador, *assim* pode ser usado para fazer referência a um objeto físico ou a um estado de coisas visível dentro da situação comunicativa. Numa página da internet, debaixo de uma foto de um quarto com papel de parede pintado, encontrei o comentário:

(21) Que pintura linda, também quero um quarto **assim**!

Nesse exemplo, *assim* indica que o quarto que o locutor deseja deve ser semelhante com o na foto. Trata-se de similaridade entre dois objetos físicos.

A similaridade pode também se dar entre dois estados de coisas. Se, p.ex., um visitante numa fazenda quiser aprender como ordenhar uma vaca, o fazendeiro poderá dizer a ele:

(22) Olha aqui, é **assim** que se faz.

Simultaneamente com essa enunciação, ele fará os movimentos de ordenhar ou fará um gesto para alguém que está, nesse momento, ordenhando no local onde estão. Com *assim*, ele faz referência ao estado de coisas visível e indica que aquilo que o aprendiz gostaria de aprender deverá ser feito de uma maneira semelhante.

Como a grande maioria dos dêiticos, *assim* permite também um uso como proforma anafórica:

(23) Mesmo um carro simples e velho pode atender à necessidade de deslocamento. Contudo, a maior parte das pessoas não sonha em ter um carro **assim**.

Nesse exemplo, *assim* é usado para retomar a descrição de um estado de coisas, anteriormente descrito mediante os adjetivos *simples* e *velho*.

A relação de similaridade pode ser reinterpretada como situamento. *Assim* pode ser usado para indicar um situamento temporal:

- (24) **Assim** que a adequação orçamentária for finalizada, o projeto deverá ser apreciado novamente pelo conselho. (www.sedhab.df.gov.br)

Nesse uso, *assim* é constituinte da conjunção subordinativa complexa *assim que* e significa ‘no mesmo momento’. No exemplo, discute-se a questão de quando o projeto deverá ser apreciado novamente. O momento é definido com referência a um outro estado de coisas que deve realizar-se simultaneamente ou imediatamente antes. Também é possível uma leitura condicional: a finalização da adequação orçamentária pode ser entendida como condição que deve ser preenchida para que a reapreciação do projeto possa acontecer.

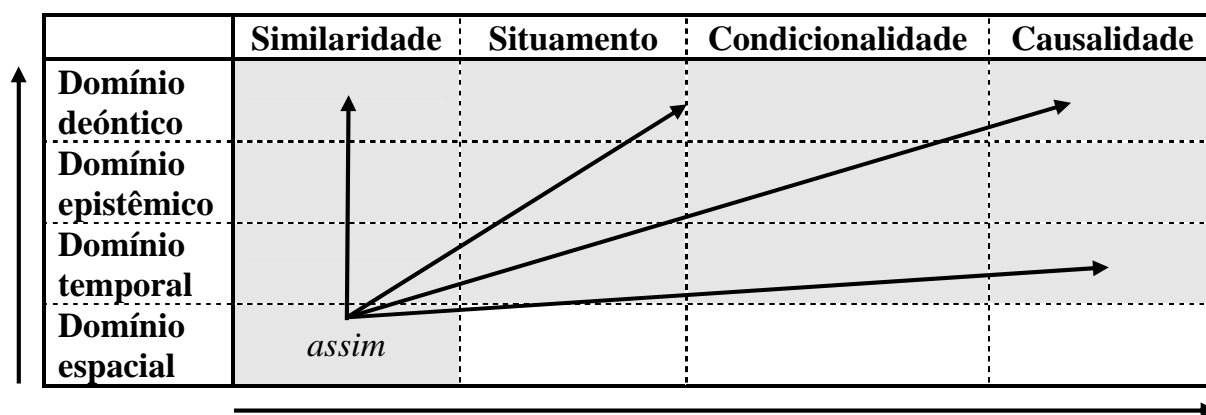
Uma leitura de condicionalidade ou até mesmo de causalidade torna-se mais provável quando *assim* é usado para conectar proposições, i.e., para indicar relações epistêmicas:

- (25) O IDH-M não é comparável ao IDH. Em virtude das adaptações adotadas, o valor numérico do IDH-M tende a ser sistematicamente inferior ao valor numérico do IDH. **Assim**, um IDH-M só pode ser comparado a outro IDH-M e um IDH, a outro IDH.

As duas primeiras orações desse exemplo trazem premissas das quais a terceira tira uma conclusão. O sentido de *assim* em exemplos desse tipo corresponde à paráfrase ‘em consequência disso’. O mesmo uso é possível no domínio deôntico, para conectar opções pragmáticas:

- (26) A aceitação ou não da merenda pode estar relacionada com o perfil do comportamento alimentar das crianças envolvidas na escola; a mesma merenda servida em uma escola rural pode não atender as expectativas das crianças de uma escola central. **Assim**, se faz necessária a regionalização do cardápio da merenda para que se aumente a aceitação entre as crianças. (Jaqueline Girnos Sonati, *Educação nutricional para a boa alimentação e controle do peso corporal*)

O quadro a seguir traz uma sinopse dos possíveis usos de *assim*. O significado básico de similaridade entre objetos físicos é representado pelo campo inferior da coluna esquerda, onde começam as setas. A partir dali podem se originar reinterpretações, que, no caso de *assim*, abrangem todos os tipos de relações nos domínios temporal, epistêmico e deôntico. Apenas relações de situamento, condicionalidade e causalidade espaciais não podem ser indicadas por *assim*:



5.2 Aí

O segundo advérbio, *aí* (do lat. *ad ibi*), é um dêitico de situamento espacial. Seu significado básico é ‘nesse lugar’. Acompanhado ou não de um gesto indicador, *aí* pode ser usado para fazer referência a um objeto visível dentro da situação comunicativa e localizado na proximidade do alocutário:

(27) O que é isso que você tem **aí**? – É um mapa.

Além de uma localização perto do alocutário, *aí* pode indicar também uma localização generalizada (cf. Buarque de Holanda 1986: 70):

(28) Há autores, como Karl Marx, que dizem que o trabalho é a essência da humanidade dos homens, ou como Paulo Freire, que afirmam que a cultura é dada pela forma como trabalhamos o mundo, para que possa fazer sentido para nós. Quando caçávamos animais, estávamos dizendo que os animais estavam **aí** para serem nossos alimentos, dávamos este sentido de existência para eles. (Emerson Elias Merhy / Túlio Batista Franco, *Trabalho em saúde*)

Uma localização generalizada expressa por *aí* não precisa necessariamente ser um lugar no espaço. Pode também ser um momento no tempo, um contexto epistêmico, ou, como no exemplo a seguir, um contexto deóntico:

(29) Primeiro eu acho que tem **aí** uma espécie de um preconceito, de achar que educação, lazer, saúde, etc. são bens de consumo. (prosumer.com.br)

Aí pode também ser usado como proforma anafórica que retoma a referência a um lugar, um momento, um contexto epistêmico ou um contexto deóntico pré-mencionados. Três exemplos. Em (30), *aí* retoma um lugar no espaço físico:

- (30) O Grande Hotel de Caux: Entre as duas guerras, esse hotel era considerado o mais amplo e confortável da Suíça. Durante sua construção chegava-se a ele por uma trilha por onde subiam burrinhos carregados de materiais de construção. A rainha Elizabeth da Inglaterra ficou nesse hotel quando pequena, e a imperatriz da Áustria, Sissi, tinha **aí** sua residência. (www.pentagrama.org.br)

Em (31), um momento:

- (31) Chegamos ao início do século XIX com a presença de médicos em fábricas e surgimento das primeiras leis de saúde pública que marcadamente abordavam a questão saúde dos trabalhadores (Act Factory, 1833, por exemplo). A Medicina do Trabalho tinha **aí** seu marco inicial. (Carlos Alberto da Silva Frias Júnior, *A saúde do trabalhador no Maranhão*)

Em (32), um contexto deôntico:

- (32) Sua usina quer mais rentabilidade. É **aí** que entra o inox. (Propaganda *Arcelor Mittal*)

Além desses diversos usos para indicar relações de situamento, *aí* pode também ser usado para indicar relações de condição (no sentido de ‘nessa condição’ ou ‘para esse fim’) ou até de causa (no sentido ‘por essa causa’). Dois exemplos.

Em (33), discutem-se as condições que favorecem a facticidade do estado de coisas que pessoa X é portadora do gene de diabetes ou a verdade da hipótese (i.e., da proposição) de que pessoa X é portadora do gene:

- (33) Sr. Márcio, respondendo à sua pergunta, (...) se a sua senhora não tem diabetes tipo 1, mas se na família dela, a mãe ou o pai tem ou teve diabetes tipo 1, **aí** é possível que a sua senhora seja portadora do gene da diabetes tipo 1. (www.anad.org.br)

Em (34), discute-se a desejabilidade de uma opção pragmática, a saber, do ato de fala de perguntar, executado em seguida pelo locutor:

- (34) Para completar, Sr. Presidente, vem agora a MP nº 252, que desonera a importação de maquinários para produção de produtos destinados à exportação. E **aí** pergunto: se for o caso da instalação de um frigorífico, vai importar alguma máquina? Terá desoneração? Não. (www.senado.gov.br)

O quadro a seguir traz um resumo dos possíveis usos de *aí*:

	Similaridade	Situamento	Condicionalidade	Causalidade
Domínio deóntico				
Domínio epistêmico				
Domínio temporal				
Domínio espacial				

Diagrama: Um eixo vertical aponta para cima e um eixo horizontal aponta para a direita. O ponto de origem é rotulado 'aí'. Três setas partem deste ponto: uma aponta para cima, outra para cima e para a direita, e a terceira para a direita.

Comparemos agora dois exemplos, o primeiro com o conector *assim* e o segundo com *aí*, com funções coesivas bastante semelhantes:

- (35) Atualmente, o processo de degradação é tema cada vez mais discutido no âmbito das administrações municipais e, sem dúvida, observa-se a dificuldade na articulação entre o conhecimento da natureza e o desenvolvimento socioeconômico. **Assim**, se faz necessária a implementação de mecanismos que visem a preservação de áreas naturais, e uma das formas está na implementação de estudos geomorfológicos, que sirvam de base às análises de uso do solo nos Planos Diretores Municipais. (www.cpact.embrapa.br)
- (36) Em relação ao processo terapêutico, pode-se considerar que tais pacientes apresentam uma “desorganização” no discurso (...), o que dificulta uma compreensão da história do sujeito e também a colocação de interpretações. **Aí** se faz necessário o uso da *clarificação*, como apontado por Kernberg et al. (...), que consiste em criar a possibilidade de uma interpretação através do convite à exploração de pontos do discurso que apresentam contradições, lacunas e obscuridades. (Tisciane Ferraz Pasini / Jarbas Dametto, *Abordagem Psicodinâmica do Paciente Borderline*)

Em exemplos como esses, *assim* e *aí* parecem ser intercambiáveis sem uma nítida mudança de sentido. Com ambos, entendemos que as orações conectadas estão numa relação condicional: a primeira traz uma condição suficiente – que torna a consequência necessária –, e a segunda traz a consequência.

Qual é a diferença entre *assim* e *aí* em conexões condicionais?

Assim, quando interpretado como conector condicional, sugere sempre que a condição seja suficiente, i.e., que a consequência seja necessária ou quase necessária. Esse deve ser um resíduo do seu significado básico de advérbio de similaridade: à segunda oração deve ser atribuído o mesmo valor de facticidade, verdade ou desejabilidade que à primeira.

Aí deixa em aberto se a condição é suficiente ou não. Indica uma condição de qualquer tipo. Essa característica se deve ao seu significado básico de dêitico de situação. A primeira oração traz apenas um contexto no qual a segunda se insere. *Aí* não define com precisão o tipo de dependência entre os valores atribuídos às duas orações.

Em exemplos como (35) e (36), onde está claro que a condição é suficiente, a substituição de *aí* por *assim* não altera o sentido da conexão. Em outros casos, conexões condicionais com *assim* são mais específicas e mais fortes, e conexões condicionais com *aí*, menos específicas ou mais frouxas, por assim dizer.

5.3 *Então*

O significado básico do terceiro advérbio, *então* (do lat. *intunc*), é ‘nesse momento’. *Então* retoma referencialmente um estado de coisas pré-mencionado e indica que um outro estado de coisas se realiza em sua proximidade temporal. Trata-se, portanto, de uma relação de situação temporal. *Então* não é usado tipicamente como advérbio dêitico, mas sim, como anafórico. Um exemplo:

- (37) Muito antes de ser município, Alegria foi habitada por índios. Francisco Correa Tabora, casado com Josefina dos Reis Tabora, foi o primeiro morador de toda esta região do Inhacorá. (...) O Sr. (...) Tabora recebeu após a guerra uma grande área de terras em Cascavel no Estado do Paraná. Um companheiro seu recebeu, na mesma época, uma área proporcional na região do Inhacorá. (...) Toda a região era **então** povoada por índios denominados do Queixo Furado. (biblioteca.ibge.gov.br)

O estado de coisas pré-mencionado, retomado por *então*, é o recebimento das terras por Francisco Tabora e seu companheiro. O estado de coisas situado na proximidade temporal desse primeiro é o povoamento da região por índios.

Além de estados de coisas, *então* pode também conectar proposições com outras proposições e opções pragmáticas (p.ex., atos de fala) com outras opções pragmáticas. Mais um exemplo:

- (38) Represento aqui a ANAPAR – Associação Nacional de Grupos de Pacientes Reumáticos, uma entidade fundada em 2006, na qual estão agregados mais de uma dezena de entidades de grupos de pacientes (...) portadores de doenças reumáticas. **Então**, muito me honra estar aqui defendendo os interesses deste grupo de pacientes. (www.stf.jus.br)

O exemplo é parte da transcrição de uma audiência pública na área de saúde. O primeiro ato de fala é a auto-apresentação do locutor como representante da ANAPAR. Em seguida, ele se declara honrado pelo convite para participar da audiência. *Então* indica uma relação de proximidade entre os dois atos de fala. A proximidade pode ser concebida no domínio do tempo, visto que os dois atos se realizam numa seqüência temporal. Outra possibilidade de interpretação é no sentido de proximidade ou condicionalidade no domínio do discurso, i.e., no domínio deôntico: o primeiro ato de fala define um contexto em que se insere – ou uma condição que favorece – o segundo. A meu ver, essa segunda leitura é bem mais informativa e, portanto, mais provável do que a primeira.

No exemplo a seguir, a leitura condicional se torna obrigatória pela presença da conjunção *se* na primeira oração:

- (39) Se Deus é conosco, **então** onde estão todos os milagres?

A informação da primeira oração é uma premissa que justifica o ato de fala da segunda.

Em outros casos, *então* exige uma interpretação causal, como no exemplo (40):

- (40) Você está vivo? **Então** você é cliente de Funerária!

Trata-se de um slogan de propaganda. A primeira oração tem a forma de uma pergunta, que se refere ao valor de verdade da proposição ‘o alocutário está vivo’. É uma pergunta retórica, que parte do pressuposto de que só uma pessoa viva se qualifica como alocutário. A segunda oração traz a proposição ‘o alocutário é cliente da Funerária’. *Então* indica que essa deve ser verdadeira, dado que a primeira é verdadeira. Temos aqui uma relação causal no domínio epistêmico.

O quadro a seguir visualiza as possíveis interpretações de *então*:

	Similaridade	Situamento	Condicionalidade	Causalidade
Domínio deóntico				
Domínio epistêmico				
Domínio temporal		<i>então</i>		
Domínio espacial				

Como se percebe, a parte do universo semântico coberta por *então* é quase a mesma de *aí*, com a exceção das relações de situamento no espaço. Aquelas podem ser indicadas por *aí*, mas não por *então*. Nas demais relações, há uma semelhança bem grande entre os dois advérbios, o que confirmam também os dicionários. Buarque de Holanda (1986: 70, 661) e Almeida Costa (1996: 66, 695), para dar dois exemplos proeminentes, trazem como paráfrases para *aí*: ‘então’, ‘nessa ocasião’, ‘nessa altura’, ‘nesse caso’, ‘nessa hipótese’, entre outras. Como paráfrases para *então*, trazem: ‘nesse tempo’, ‘nesse momento’, ‘nessa ocasião’, ‘nesse caso’, ‘em vista disso’, entre outras. A equivalência de boa parte dessas paráfrases é evidente.

Não é difícil encontrar, na realidade da língua, exemplos em que *então* e *aí* são intercambiáveis. No exemplo a seguir, podemos inserir, no lugar de *então*, tanto *aí* como também *assim*, sem que haja uma notável mudança de sentido:

- (41) Por que a Biologia se tem tornado desinteressante para os alunos do ensino médio? O fato de a Biologia tratar de assuntos ligados à vida, às atividades da vida, bem como do ambiente em que vivem, não tem ajudado a aumentar o interesse dos alunos por essa ciência. E (...) não só na Biologia, mas em muitas áreas de conhecimento tem-se verificado um alto grau de desinteresse, à medida que se avança na escolaridade. **Então** se faz necessária a reflexão sobre a prática de ensino nas várias áreas de conhecimento. (Kuniko Iwamoto Haga, *Proposta para aprendizagem contextualizada e interdisciplinar*; www.unesp.br)

Então – com seu significado básico de proforma anafórica de situamento temporal – insere estados de coisas, proposições ou opções pragmáticas em contextos. Nessa qualidade, é semelhante com *aí*. Mas o tempo – diferentemente do espaço – implica sempre seqüência e seqüência sugere causalidade (*post hoc, ergo propter hoc*). Acredito que seja por isso que *então* acaba favorecendo leituras de condição suficiente e assume um sentido mais semelhante com *assim*.

6. Considerações finais

Apresentei, neste artigo, um modelo do universo das relações semânticas que contribuem para a coesão textual e que podem ser expressas mediante conectores. Distingui entre quatro categorias básicas de entidades – objetos físicos, estados de coisas, proposições e opções pragmáticas – e quatro tipos básicos de relações – similaridade, situamento, condicionalidade e causalidade. A partir das categorias mais simples para as categorias mais complexas, há sistematicamente a possibilidade de reinterpretações.

Os advérbios *assim*, *aí* e *então* têm significados básicos bastante simples e distintos. *Assim* é um dêitico de similaridade, *aí*, um dêitico de situamento espacial, *então*, um advérbio anafórico de situamento temporal. Os três estão abertos para amplas reinterpretações conforme os princípios gerais do modelo, o que é uma forma de sub-especificação semântica. Em determinados casos, os três advérbios podem ser intercambiados sem alterar o sentido da conexão, mais notavelmente quando se trata de conexões condicionais com condição suficiente, nos domínios epistêmico e deôntico.

Referências bibliográficas

Almeida Costa, J. / Sampaio e Melo, A. (1996). *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7a. ed., Porto, Porto Editora.

Buarque de Holanda Ferreira, Aurélio (1986). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Blakemore, Diane / Carston, Robyn (2005). “The pragmatics of sentential coordination with *and*”. In: *Lingua*, 155, p. 569-589.

Blühdorn, Hardarik (2008a). *Syntax und Semantik der Konnektoren. Ein Überblick* [URL: http://www.ids-mannheim.de/gra/texte/blu_ueberblick.pdf].

Blühdorn, Hardarik (2008b). “Subordination and coordination in syntax, semantics and discourse. Evidence from the study of connectives”. In: Fabricius-Hansen, Cathrine / Ramm, Wiebke (eds.). ‘Subordination’ versus ‘Coordination’ in Sentence and Text. A cross-linguistic perspective. Amsterdam, Benjamins, p. 59-85.

[URL: <http://www.ids-mannheim.de/gra/texte/subordination.pdf>]

Blühdorn, Hardarik (2009). *On the syntax and semantics of sentence connectives*. [URL: http://www.ids-mannheim.de/gra/texte/blu_connectives.pdf]

Blühdorn, Hardarik (2010). „A semantic typology of sentence connectives“. In: Harden, Theo / Hentschel, Elke (eds.). *40 Jahre Partikelforschung*. Tübingen, Stauffenburg, p. 215-231.

[URL: http://www.ids-mannheim.de/gra/texte/blu_semantic_typology.pdf]

Blühdorn, Hardarik / Reichmann, Tinka (2010). „Modal readings of sentence connectives in German and Portuguese“. In: Becker, Martin G. / Remberger, Eva-Maria (eds.). *Modality and Mood in Romance. Modal interpretation, mood selection, and mood alternation*. Berlin, de Gruyter, p. 15-38.

[URL: http://www.ids-mannheim.de/gra/texte/blu_modal_connectives.pdf]

Cunha, Celso / Cintra, Luís F. Lindley (2008). *Nova gramática do português contemporâneo*. 5a. ed., Rio de Janeiro, Lexikon.

Dik, Simon C. (1997). *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: *The Structure of the Clause*, 2nd ed. (ed. Kees Hengeveld). Berlin, Mouton de Gruyter.

Frawley, William (1992). *Linguistic Semantics*. Hillsdale, NJ, Erlbaum.

Gethmann, Carl Friedrich (1978). „Wahrheit“. In: Braun, Edmund / Radermacher, Hans (eds.) (1978). *Wissenschaftstheoretisches Lexikon*. Graz, Styria, p. 645-648.

Halliday, M.A.K. / Hasan, Ruqaiya (1976). *Cohesion in English*. London, Longman.

Kortmann, Bernd (1996). *Adverbial Subordination. A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages*. Berlin, Mouton de Gruyter.

Kühner, Raphael / Stegmann, Carl (1997). *Ausführliche Grammatik der lateinischen Sprache*. Zweiter Teil: *Satzlehre*. Erster Band. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.

Lang, Ewald (1984). *The Semantics of Coordination* (transl. John Pheby). Amsterdam, Benjamins.

Lyons, John (1977). *Semantics*, 2 vols. Cambridge, Cambridge University Press.

Neves, Maria Helena de Moura (2000). *Gramática de Usos do Português*. São Paulo, Editora UNESP.

Neves, Maria Helena de Moura (2007). *Texto e gramática*. São Paulo, Contexto.

Posner, Roland (1980). “Semantics and pragmatics of sentence connectives in natural language”. In: Searle, John R. / Kiefer, Ferenc / Bierwisch, Manfred (eds.). *Speech Act Theory and Pragmatics*. Dordrecht, Reidel, p. 169–203.

Schilder, Frank (2004). “Temporale Konnektoren im Diskurs”. In: Blühdorn, Hardarik / Breindl, Eva / Waßner, Ulrich H. (eds.). *Brücken schlagen. Grundlagen der Konnektorenssemantik*. Berlin, de Gruyter, p. 161-184.

Sweetser, Eve (1990). *From etymology to pragmatics. Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge, Cambridge University Press.